



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 166/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2226/2014 (5 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEMGRH.

4- Responsável: Sr. Daniel Borges Viana Nava, Secretário de Estado e Sra. Jane Freitas de Góes Crespo, Ordenadora de Despesas.

5- Exercício: 2013.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 76/2015 (fls. 962/968).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 998/2015–DIMP-MP–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 969/970).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. SEMGRH. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinações à Origem. Recomendação à Origem. Determinação à Controladoria Geral do Estado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEMGRH, exercício 2013, sob a responsabilidade do senhor **Daniel Borges Viana**, Secretário de Estado, e da senhora **Jane Freitas de Góes Crespo**, Ordenadora de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1- Inclua nos processos de inexistência de licitação a declaração de exclusividade ou, na impossibilidade, documento que comprove ser o contratado o único fornecedor das respectivas áreas e/ou serviços (art. 25 da Lei 8.666/93);

9.2.2- Zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução 13/2015-TCE/AM;

9.2.3- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela Irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 166/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Recomendar à Origem, nos termos do §2º do art. 188º do Regimento Interno/TCE-AM, que envide esforços no sentido de implementar controles internos, com o fim de zelar pela boa gestão pública, conforme orientação nos parágrafos quarto ao oitavo desta Proposta de Voto;

9.4- Determinar à Controladoria Geral do Estado que cumpra seu dever constitucional de controle interno, nos termos do art. 74 da CF/88, perante os órgãos do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa prevista no inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM (multa por grave infração à norma legal).

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor Presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao TCE: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral